

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS
FINANCEIROS**

GEZIEL MARÇO MONÇÃO

**REAPROVEITAMENTO E TRANSFORMAÇÃO
DE MALOTES BANCÁRIOS EM BOLSAS DE LONA:
PARCERIA ENTRE O BANCO DO BRASIL E A COOPERMANDI**

Curitiba

2011

GEZIEL MARÇO MONÇÃO

**REAPROVEITAMENTO E TRANSFORMAÇÃO
DE MALOTES BANCÁRIOS EM BOLSAS DE LONA:
PARCERIA ENTRE O BANCO DO BRASIL E A COOPERMANDI**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Luis Felipe Machado do Nascimento
Tutor – Orientador: Carlos Alberto Frantz dos Santos

Curitiba

2011

Geziel Março Monção

**REAPROVEITAMENTO E TRANSFORMAÇÃO
DE MALOTES BANCÁRIOS EM BOLSAS DE LONA:
PARCERIA ENTRE O BANCO DO BRASIL E A COOPERMANDI**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Curitiba, 18 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof

‘Na natureza nada se perde, nada se cria; tudo se transforma’
Lavoisier (1743-1794)

RESUMO

O estudo apresentado abordou, dentre as Estratégias Corporativas do Banco do Brasil S.A., com destaque à Perspectiva Sociedade, a parceria estabelecida com a Coopermandi, no reaproveitamento de malotes inutilizados e sua transformação em bolsas. A pesquisa teve como objetivo, compreender as implicações sociais, econômicas e ambientais para a cooperativa, em decorrência da parceria realizada com a instituição Banco do Brasil S.A. na destinação de malotes inutilizados, visando o reaproveitamento do material pela cooperativa, no contexto da Responsabilidade Socioambiental, com posterior transformação em bolsas de lonas.

Palavras-chave: Reaproveitamento, Responsabilidade Socioambiental, Cooperativa, Sustentabilidade

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios práticos do Cooperativismo.....	22
Quadro 2 – Sugestões para abordagem de pessoas.....	28
Quadro 3 – Variáveis para o instrumento de coleta de dados.....	30
Quadro 4 – Instituições de ensino parceiras do projeto.....	37
Quadro 5 – Parceiros/fornecedores da Coopermandi.....	37
Quadro 6 – Total de cooperados em 2002 e 2011.....	38
Quadro 7 – Dados financeiros da Coopermandi obtidos na entrevista.....	40
Quadro 8 – Equipamentos industriais de propriedade da cooperativa.....	42
Quadro 9 – Caracterização da Amostra.....	44
Quadro 10 – Caracterização da Amostra.....	45
Quadro 11 – Aspectos Socioeconômicos.....	45
Quadro 12 – Aspectos Socioeconômicos.....	46
Quadro 13 – Aspectos Socioeconômicos.....	47
Quadro 14 – Aspectos Socioeconômicos.....	47
Quadro 15 – Aspectos Ambientais.....	48
Quadro 16 – Aspectos Ambientais.....	48
Quadro 17 – Recomendação do produto.....	49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Fachada da Coopermandi.....	34
Ilustração 2 – Material preparado para a confecção de bolsas.....	35
Ilustração 3 – Peça produzida na cooperativa.....	36
Ilustração 4 – Parceiros do projeto.....	38
Ilustração 5 – Máquinas de costura.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	14
3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	17
4 COOPERATIVISMO	21
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
5.1 Seleção do Caso.....	26
5.2 Método e Natureza da Pesquisa.....	26
5.3 Coleta de Dados.....	27
5.4 Técnicas de Análise de Dados	29
6 ANÁLISE DOS DADOS	33
6.1 A Coopermandi	34
6.2 Cooperativa: Aspectos Sociais	37
6.3 Cooperativa: Aspectos Econômicos	39
6.4 Cooperativa: Aspectos Ambientais	43
6.5 Panorama dos Cooperados	44
6.5.1 Aspectos Sociais, Econômicos e Ambientais	44
6.6 Síntese da Análise.....	49
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXOS	58
ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA OS COOPERADOS	58
ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORIA DA COOPERATIVA	59
ANEXO C – MATERIAL PUBLICITÁRIO	61
ANEXO D – NOTÍCIAS RELACIONADAS À COOPERATIVA	62
ANEXO E – ARQUIVO FOTOGRÁFICO	63
ANEXO F – PEÇAS CATALOGADAS POR MODELO	66

1 INTRODUÇÃO

O estudo abordou, dentre as Estratégias Corporativas do Banco do Brasil S.A. – Perspectiva Financeira, Perspectiva Clientes, Perspectiva Processos Internos, Perspectiva Organizacional e Perspectiva Sociedade – a última delas, enfatizando a parceria estabelecida com a Coopermandi, na destinação e reaproveitamento de malotes inutilizados pelo banco.

Proporcionar a manutenção do bem-estar, com qualidade de vida do ser humano, aliada à preservação dos recursos naturais encontrados no planeta, tornava-se o grande desafio da sustentabilidade, que Gro Harlem Brundtland, ao presidir a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em 1987, focava no relatório, denominado de Brundtland, quando se pensava nas necessidades humanas do cotidiano, porém sem comprometer a capacidade de supri-las às gerações futuras.

A partir da RIO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – sediada na cidade do Rio de Janeiro, verificou-se dentre outras, a gravidade da situação vivenciada em todos os cantos do mundo, no tratamento com o meio ambiente, quando se relevou a importância do chamado ‘Desenvolvimento Sustentável’, no sentido de buscar soluções inteligentes que conciliassem desenvolvimento sócio-econômico (na época, principalmente dos países subdesenvolvidos), com conservação e proteção dos ecossistemas naturais.

Observa-se, portanto, o trabalho desafiador incumbido à humanidade, em manter os recursos naturais possíveis ainda de serem encontrados, paralelamente com o rápido desenvolvimento tecnológico e em constante transformação.

Alguns grupos entendem a responsabilidade socioambiental como mera expressão inovadora, diferente e ligada tão somente à proteção do meio ambiente; outros a visualizam como estratégia verde – preferência do natural sobre o artificial, visando única e exclusivamente o bem-estar; há ainda aqueles que abordam a questão de maneira fechada, atrelada apenas à natureza – preservação das águas, animais e florestas; pensam ainda outros em reciclagem – contribuição prática ao meio social como um todo –, coletas seletivas do lixo e sua destinação; há também os que pensam apenas no lado financeiro – redução do padrão de vida com o alto custo das tecnologias empregadas nos bens e no consumo de forma geral, encarecendo o meio de vida. Pois bem, cada setor apresenta suas posições, não deixando de ter razão quanto à essência dos objetivos propostos e defendidos.

Ainda que a defesa pelos diversos segmentos possa ser equivocada, enfatizando suas conveniências e interesses, tornou-se pertinente e de suma relevância o presente estudo, independente da linha de pensamento, visto que na essência, o tema objetiva dentre outros, considerar o impacto das decisões tomadas no tempo atual, pensando-se nas gerações vindouras, de forma responsável e sustentável.

Eis o desafio proposto nesta pesquisa, cujo enfoque limitou-se à parceria firmada entre Banco do Brasil S.A. e a Coopermandi no reaproveitamento de malotes inutilizados pela instituição bancária.

Desta forma, a questão problema que delineou o desenvolvimento do presente estudo é: Quais são as implicações sociais, econômicas e ambientais para a Coopermandi, decorrentes da parceria com o Banco do Brasil S.A.?

O termo “implicações” pode ser compreendido na pesquisa, como resultado de algo e/ou consequência, a partir de uma situação inicial originada, da qual resulta ou acarreta em posições favoráveis ou não, conforme as condicionantes estabelecidas ao longo do tema desenvolvido. No presente estudo, as implicações abordadas, referem-se às dimensões social, econômico e ambiental, no contexto da sustentabilidade (serem “sustentáveis” - sustentar, defender, cuidar, favorecer, apoiar, conservar), ou seja, de que maneira dar continuidade e permanência à parceria, por prazo indefinido, pensando-se nas gerações futuras, preservando os recursos disponíveis. O termo parceria trata-se, dentre outros, da união das partes, com objetivos diversos (no caso de empresas), porém com interesses comuns sobre determinada situação. Banco do Brasil refere-se a uma instituição financeira e Coopermandi, trata-se de cooperativa (associação autônoma de pessoas, que para satisfazerem aspirações e necessidades de cunho social, econômica e até cultural, se unem voluntariamente, através de uma empresa democraticamente gerida, cuja propriedade é coletiva).

Tendo por base as decisões presentes, considerando o impacto delas no futuro, propôs-se como objetivo geral, a compreensão das implicações sociais, econômicas e ambientais da parceria realizada com a instituição Banco do Brasil S.A. para a Cooperativa Coopermandi, na destinação de malotes inutilizados pelo banco e o reaproveitamento do material pela cooperativa.

Para subsidiar o objetivo geral, com a finalidade de compreender as implicações propostas acima, a pesquisa apresenta como objetivos específicos as seguintes especificidades:

- Verificar o contexto social dos cooperados, comparando o período anterior e posterior à realização da parceria.
- Compreender o contexto econômico na cooperativa, decorrente da parceria.
- Examinar as implicações ambientais resultantes da parceria para o Cooperando.

A justificativa para as proposições acima, que foram a base do desenvolvimento do trabalho, decorreu principalmente de dois aspectos. O primeiro deles por tratar da responsabilidade socioambiental nos seus pormenores – pensamento ainda novo para grande parte da sociedade, em relação ao assunto, associando-o na maioria das vezes, às questões ecológicas e ambientais. Não há como se posicionar apenas nas questões ligadas à ecologia ou somente ao meio ambiente, sem levar em consideração o contexto social e econômico que permeiam a sociedade moderna, atualmente integrada e globalizada.

A motivação pelo tema, objeto do presente estudo, decorre a partir do momento em que se verificou o quão imprescindível é a Responsabilidade Socioambiental, diante da realidade presente, vivenciada por diversas organizações no apoio e incentivo a projetos de natureza social, com a promoção da melhoria da qualidade de vida de pessoas, com geração de renda e redução do impacto ambiental, através de soluções simples e inteligentes.

Outro aspecto considerado foi devido à influência e importância que a instituição Banco do Brasil S.A. representa ao país, contribuindo no desenvolvimento e crescimento dos múltiplos segmentos – industrial, agronegócios, serviços –, além da geração de empregos e distribuição de renda não somente aos seus funcionários, como também a partir dos vários programas governamentais criados, visando a melhoria da condição de vida de parte da sociedade brasileira.

Quando essa influência gera parcerias, como a do presente estudo, os resultados tendem a serem benéficos, do ponto de vista social, econômico e ambiental, pelo fato de transformar determinado material, que teria como destino a sua destruição, através da queima ou o seu depósito em algum local impróprio, em peças úteis, destinadas ao uso pessoal, após reciclagem e sobrevida ao material.

Relacionar-se com os diversos *stakeholders*, não significa apenas fazer negócios comerciais, visando somente o lucro como parte final dos acordos comerciais, sem ao menos se preocupar, com que tipo de fornecedores a instituição está lidando ou

com quais negócios o cliente faz na outra ponta; se há a exploração de menores em trabalho sub-humano, que poderiam estar numa sala de aula se profissionalizando e obtendo conhecimentos gerais para sua formação pessoal e profissional, ou se por outro lado, há a agressão ao meio ambiente através dos dejetos, após a transformação do produto de alguma atividade específica, sendo despejado no leito de um rio, por onde, logo adiante residem centenas de famílias.

A integração com a sociedade, quando se trata da responsabilidade socioambiental, ocorre em todos os níveis de classes e segmentos dela decorrente – empresas, sociedade civil, universidades, organizações governamentais e não governamentais, funcionários, clientes, mercado externo, dentre outros –, bem como, nas oportunidades advindas das estratégias tomadas pelas instituições, por meio de práticas simples e eficientes que passam a ser desenvolvidas.

A percepção previamente verificada, com a presença do tema no meio empresarial, resultou da tendência nos relacionamentos múltiplos com a sociedade, que tem feito esforços, como também priorizado a realização de negócios com empresas preocupadas não somente no aumento dos lucros anuais, como em negócios duradouros e sustentáveis, a ponto de cumprir o papel social e ambiental, em paralelo ao econômico, que vem a ser uma das razões principais da atividade empresarial.

Ademais, tornou-se ainda mais desafiador o tema, visto a presença do setor bancário em todos os níveis da sociedade, atuando em múltiplos segmentos desta, com negócios corporativos de toda ordem, impactando direta e indiretamente com seus entes, através da prestação de serviços de intermediação financeira, empréstimos e aplicações, além de ser responsável em grande parte, pelo incentivo ao desenvolvimento de nações, na viabilização de investimentos e planos de expansão corporativos, contribuindo à criação de postos de trabalho e o desenvolvimento econômico.

A reflexão que surge, diante desse contexto é que “levar vantagem aqui e agora”, não condiz com o novo modelo que vem sendo gradualmente estabelecido, como forma de desenvolvimento dos negócios, pensando-se principalmente na preservação dos recursos naturais existentes, com o menor nível de agressão possível ao meio ambiente, cujos objetivos, quando realizados em parceria, como se tem percebido, resultarão em benefícios a todos os entes sociais, presentes no relacionamento entre empresas, clientes e sociedade em geral.

A expectativa do pesquisador, sem a pretensão de esgotar o assunto, esteve centrada na relevância do conhecimento e aproveitamento dos dados resultantes do trabalho, pelo banco, cooperativa citada e demais interessados pelo tema.

Os três capítulos seguintes, devido a particularidades de conceitos, questões estruturais e para melhor compreensão do leitor, foram dispostos separadamente.

Tornou-se necessária tal divisão, para que os conceitos não induzissem o leitor a equívocos, já que os temas apresentam alguma semelhança quanto ao seu desenvolvimento, porém com particularidades entre si.

Na primeira parte foram apresentados alguns conceitos do ‘Desenvolvimento Sustentável’, cuja preocupação está centrada no “*Relatório de Brundland*” – desenvolvimento no presente é necessário, desde que haja o cuidado com os recursos disponíveis para as gerações futuras –. Em seguida, tratou-se da ‘Responsabilidade Socioambiental’ (RSA), evidenciando a preocupação conjunta e estratégica com as esferas social, econômica, cultural, ambiental, dentre outras, no relacionamento com os *stakeholders*. Por último, a abordagem conceitual apresentou o Cooperativismo – forma encontrada por cooperados para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através da formação de uma empresa de propriedade comum.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na década de 1980, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (*United Nations Conference on Environment and Development – UnCED*), presidida pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, passara a fazer parte da história, com a discussão sobre o crescimento econômico relacionado à preservação ambiental, no documento intitulado ‘*Nosso futuro comum*’, onde introduziu-se a expressão “*desenvolvimento sustentável*”.

O documento, conhecido como ‘Relatório de Brundtland’, “*concebia o desenvolvimento sustentável como algo cujo objetivo é atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de que sejam atendidas também no futuro*” (MATTAROZZI e TRUNKL, 2008, p. 26). Desta forma, poder-se-ia garantir o bem-estar e a qualidade de vida da humanidade, com preservação dos recursos naturais existentes no planeta. Isto é, o referido documento introduz definitivamente a idéia de que o desenvolvimento econômico atual deve acontecer, desde que não comprometa tal desenvolvimento das gerações futuras, devendo para tanto, ser sustentável.

Verifica-se de forma ampla no referido Relatório, que o desenvolvimento da sustentabilidade requer ampla ‘conectividade’ dos atores sociais, em todos os níveis de relacionamento, desde a sociedade civil, até as organizações empresariais. As ações sustentáveis não se realizam individualmente; pois a necessidade do engajamento entre cidadãos civis, entidades de classes, investidores, empresas, governo e demais atores, acontecem a todo o momento, em diversos locais e de muitas formas, com preocupações focadas não somente no modelo de crescimento econômico, como também no desenvolvimento social e ambiental.

“*O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe um processo de inclusão social com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas*”. (BRASIL. Agenda 21 brasileira, 2004, p. 124).

O passo posterior à Conferência das Nações Unidas de 1980 aconteceu em 1992, com a reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada no Brasil, tendo o Desenvolvimento Sustentável como parte oficial das agendas nacional e internacional através de diversas convenções e acordos. O documento mais importante resultante da “Rio-92” foi a Agenda 21, determinando as

bases científicas e políticas para cada país, e o planeta como um todo, trilharem rumo ao desenvolvimento sustentável, de maneira que crescimento e natureza ocorram lado a lado.

No contexto da situação, se não bastasse a preocupação com o desenvolvimento econômico, dada a sua dinamicidade no meio globalizado, tem-se agora no final século passado e início do novo milênio, o desafio do Desenvolvimento Sustentável, cujo conceito não se limita à duração desse processo, mas primordialmente à sua continuidade, proporcionando benefícios financeiros e sociais através das oportunidades e opções a um maior número de pessoas, com respeito, ética e preservação ambiental, além de assegurar ou fortalecer o processo de competitividade entre as empresas.

Alguns autores, por outro lado, fazem um paralelo entre as motivações econômico-financeiras ao incorporarem a sustentabilidade nos negócios, como dependência do contexto setorial da empresa. Ou seja, a empresa terá ou será motivada ao engajamento da responsabilidade social às suas atividades, se o setor na qual ela pertencer, se pré-dispor a práticas socialmente responsáveis, que gerem, dentre outros, resultados positivos ao negócio. Daí pensar-se que a sustentabilidade deve ser vista de maneira individual, não só entre setores de atividades, como também de país para país.

Silva (2005) apresenta que o Desenvolvimento Sustentável só obteria êxito se a conservação ambiental promovesse o crescimento empresarial e econômico. A preocupação dele estava centrada num contexto econômico financeiro com limitações ao desenvolvimento, como por exemplo, o modelo vigente até a década de 1980, em que a responsabilidade socioambiental ainda estava distante da realidade e seus resultados se quer eram visualizados como positivos.

No Brasil, com a fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em 1998, consolida-se a importância do tema, tendo o instituto a função de facilitar e integrar fontes de recursos (agentes empresariais) e consumidores de recursos (projetos de âmbitos sociais). Princípios e valores éticos são 'a linha mestra' de atuação da organização, além de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável.

Em se tratando do sistema financeiro, a situação apresenta-se ainda mais pontual e dinâmica, devido o setor estar presente, se não em todo o País, certamente em quase toda sua extensão, seja por meio de um banco propriamente ou um simples correspondente bancário ou um terminal eletrônico instalado em algum estabelecimento

comercial, permitindo o acesso da sociedade, nas mais diversas transações, assunto do qual não é objetivo do presente trabalho.

Importante ressaltar que o desafio da sustentabilidade, torna-se efetivo quando há uma razão clara e definida pelos atores participantes, com objetivos precisos entre definir na sua missão e na prática de fato, o porquê de ser ambiental e socialmente responsável nas estratégias estabelecidas. Do contrário tornar-se-á vulnerável, principalmente a mudanças de gestão, crises financeiras, trocas de governos ou em outras situações externas que não estejam propriamente ligadas à atividade da instituição (WAJNBERG e LEMME, 2008).

3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Responsabilidade Socioambiental (RSA) decorre das exigências em atender a Responsabilidade Social em seu sentido amplo, com questões alusivas aos deveres dos indivíduos e organizações relacionadas ao bem-estar da sociedade, quando cada parte assume seus atos de forma responsável. De outra forma, como parte integrante do processo, em sentido restrito e pontual, o tema direciona-se principalmente às organizações, com abordagem de maneira estratégica, voltada à utilização de ferramentas e normatizações à sua condução. Ou seja, situação orientada à necessidade em atender pressões sociais exigidas das empresas, tais como a partir de um processo produtivo que gere menos impactos sociais e ambientais.

Importante destacar que esta realidade ultrapassa as linhas divisórias de um país, formando um movimento global em busca de alternativas para um dos dilemas decorrentes do tema sob análise: processo produtivo versus minimização dos impactos ambientais, tornando necessária à adequação das empresas em atender exigências da preservação com utilização de técnicas que utilizam racionalmente os recursos, atendendo expectativas ecológicas dos *stakeholders*.

Não há um consenso entre autores quanto ao surgimento do termo Responsabilidade Social. Estudos realizados apontam indícios, através de movimentações em torno do tema, em diferentes contextos e situações, que certamente não terão influência no presente trabalho, a ponto de prejudicar os resultados esperados.

Por outro lado, a consolidação do tema Responsabilidade Social também não é motivo ainda de consenso para os estudiosos e acadêmicos na área. Seu conceito continua gerando dúvidas, e ao mesmo tempo abrindo precedentes para novos estudos, visto à abrangência da sua aplicabilidade, na multiplicidade de áreas.

Srouf (2000) na sua definição, menciona a Responsabilidade Social como uma tentativa de compatibilizar os interesses e exigências dos *stakeholders*, com alusão interna e externa à empresa, na implementação de direitos sociais.

Ferrel e Ferrel (2001) aborda a temática como se fosse uma obrigação assumida pela empresa junto à sociedade, com o duplo viés: objetivos econômicos em decorrência da atividade e a preocupação dos impactos negativos gerados a esta mesma sociedade no processo empresarial.

A posição de Brito (2005 apud WAJNBERG e LEMME, 2008), é que na sua compilação para o entendimento associativo entre o desempenho ambiental e financeiro, não haviam até o momento resultados conclusivos.

Destaca-se que o movimento da Responsabilidade Social, como precursora do estudo, que daria origem às ramificações de pesquisa à Responsabilidade Socioambiental (RSA), Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e demais, não está localizado em apenas um país ou setor empresarial. Ele está inserido num contexto globalizado, não só econômico, mas multidisciplinar, “*o qual envolve economia, cultura, estruturas sociais, uso dos recursos, entre outros*” (FURTADO, 1988 apud SILVA, 2005, p.12), cujo papel de destaque esteve e está sendo suportado pela importância nas estratégias empresariais, em que se tem uma sociedade com perfil cada vez mais exigente e não menos preocupada com as questões ambientais e sociais no presente e futuro.

Para Bowen (1953 apud DUARTE e DIAS, 1986), autor de importante obra referência no campo da RSE, as manifestações em torno do assunto datam do início do século passado, não tendo de imediato boa aceitação das idéias, pela sua associação a pensamentos socialistas. O mesmo autor menciona ainda que anos depois, com a crise de 1929 – quebra da Bolsa de Nova York – trazendo o caos econômico à época, algumas reflexões aos modelos e padrões precisaram ser revistos. Provavelmente, devido a isso, já em 1942, cento e vinte industriais ingleses resgataram a idéia de Oliver Sheldon (1854-1951), através da subscrição de um manifesto, cuja essência remetia à inclusão de outros objetivos para as empresas, além do lucro dos acionistas.

Em seguida, início da década de 1950, nos Estados Unidos, uma das primeiras obras focadas no tema era lançada – *Social Responsibilities of the Businessman*. Bowen (1953) torna-se com a respectiva obra, um marco à sociedade, com a exposição do assunto, que anos depois esta mesma sociedade – diga-se *stakeholders* – passaria a se ater com veemência a pertinência da RSA para o seu desenvolvimento.

A RSE está se movimentando no sentido de perpassar as organizações bancárias, sobretudo no Brasil na última década (ASHLEY, 2005), sendo raros os casos em que organizações empresariais estivessem ainda desconsiderando tal fato, cujo compromisso social empresarial com a sociedade em geral, proporcionasse resultados positivos, ainda que os objetivos pleiteados, com a ‘bandeira da sustentabilidade’ não fossem puramente sociais, multiplicando-se as forças em grandezas econômicas, decorrentes de novas oportunidades encontradas, de acordo com os interesses financeiros.

Tal ‘desvirtuamento’, se é que pode ser denominado desta forma, tem motivado alguns estudiosos com modelos e produções acadêmicas em torno do assunto – com bases conceituais em análises sociais e até mesmo à transformação do capitalismo, explanada por Boltanski e Chiapello (1999) e noções de interesses de Bordieu (1996) –, visando compreender esse deslocamento financeiro e econômico sobre o social.

As empresas que estão fora ou que não aderiram ao movimento são criticadas e punidas pelos seus consumidores, uma vez que a própria sociedade tem estado atenta à dinâmica social, que aos poucos vai se consolidando (VENTURA e VIEIRA, 2006). A situação descrita anteriormente deixa de ser o propósito do presente trabalho, sendo citada apenas como contextualização da dinâmica verificada na RSE.

Um dos grandes marcos ocorridos no início dos anos 2000, ao tratar-se do setor financeiro, especificamente o bancário, foi a adoção do conjunto de diretrizes voluntárias, denominadas de “Princípios do Equador”. Mostrou-se um referencial no setor e também motivo de reconhecimento, pelo fato da importância das atividades de financiamento e outras de caráter produtivas, com iniciativas ambientais e sociais nos negócios.

Barros (2007) faz menção à pesquisa realizada pelo *International Finance Corporation* (IFC), quanto à liderança do País na sustentabilidade bancária. A nota faz alusão à agregação de valor aos negócios para os bancos que adotaram critérios e posturas socioambientais. Mattos (2007) também cita o mesmo jornal, publicado dias depois, destacando o maior número de bancos brasileiros signatários dos Princípios do Equador, mesmo sendo o Brasil uma nação emergente.

De acordo com a pesquisa realizada pelo IFC (2007 apud WAJNBERG E LEMME, 2008), tendo na sua base 120 instituições financeiras, de 43 países, o aumento ocorrido na competitividade, gerado pela globalização de bancos estrangeiros e sua presença em mercados emergentes, teria feito (até o momento), com que bancos locais adotassem práticas de gestão nos moldes sustentáveis, muito embora o tema RSA em algumas instituições – bancos múltiplos de carteira comercial – estivesse associada a ações compensatórias, como é o caso de fundações e instituições desses bancos. Isto é, os objetivos motivadores do setor, especificamente de alguns bancos, teriam sido por forças internas – controladores e acionistas majoritários – para manterem suas posições em alta, ao invés de se aterem ao cunho socioambiental, no relacionamento com os

demais *stakeholders*, que passou se não por completo, quase que totalmente diluído e imperceptível.

Para o Banco do Brasil “*responsabilidade socioambiental é ter ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente*”.

O Banco menciona ainda que “*por meio da responsabilidade socioambiental, o Banco do Brasil pretende alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental de atuação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do nosso País e do Mundo: responsabilidade socioambiental é o meio, sustentabilidade é o fim*”.

Observa-se que a Responsabilidade social e ambiental tem sido uma estratégia das empresas, objetivando a permanência no mercado por meio de diferenciais de competitividade. Os benefícios aparentam a evidência à melhoria da qualidade no atendimento ao cliente, fornecedores, colaboradores e demais membros da sociedade que fazem parte do círculo de relacionamento da empresa.

Nesse aspecto, Barbieri (2004) ressalta que o modelo de gestão ambiental se propõe a contribuir para “[...] *gerar renda e riqueza, que são os objetivos básicos das empresas, minimizar seus impactos ambientais adversos, maximizar os benefícios e tornar a sociedade mais justa*”, apoiando-se nos critérios de “*eficiência econômica, equidade social e respeito ao meio ambiente*”.

4 COOPERATIVISMO

O modelo cooperativista originado na Inglaterra, no século XIX, com os pioneiros ingleses de *Rochdale*, teve seu início a partir da compreensão da necessidade de mudanças na ordem social em que viviam os artesãos da época, com condições desfavoráveis, já que não possuíam capital, cultura e nem legalidade e a transformação, por assim dizer, estava na associação, através da reunião das forças (SCHNEIDER, 2005 apud LAGO, 2010, p.47), a partir de aspectos motivadores, como a crescente marginalização dos pequenos artesãos, que foram sendo substituídos por máquinas de teares industriais.

Sem a pretensão de abordar toda contextualização histórica, não por ser menos importante, todavia por não ser o foco do presente estudo, relata-se que com a construção e o desenvolvimento do modelo, surgiram as bases dos atuais sete princípios do cooperativismo, tendo sua redação primeira em 1844 e modificada em 1854, pelos próprios pioneiros, sendo posteriormente, passível de nova modificação, desta vez pelos cooperados presentes nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Paris no ano 1937, Viena em 1966 e Manchester em 1995. (PINHO, 2004 apud LAGO, 2010, p.48).

Cruz (2001 apud SCHNEIDER, 2005, p.91) define cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que reunidas, voluntariamente, procuram satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através da formação de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida por todos.

Cattani (2003 apud LAGO, 2010, p.50) cita que a relação estabelecida pelas cooperativas com seus associados é diferente da empresa de capital para com seus fornecedores ou clientes compradores, sendo que a primeira (cooperativa) é uma opção de organização econômica que não só convive, como mantém ainda negócios com a segunda (empresa) – ora clientes, ora fornecedores. Por outro lado, as empresas se restringem aos interesses mercantis envolvidos entre as partes. Ou seja, no modelo cooperativista, o cooperado apropria-se do outro lado da relação econômica, num processo dinâmico de ao mesmo tempo passar-se por patrão de si e empregado de todos (ALVES, 2003 apud LAGO, 2010, p.50).

O Congresso Comemorativo do Centenário da ACI, em 1995, estabeleceu alguns princípios práticos do cooperativismo, cuja redação última data de 1995, sendo seguida pelas cooperativas em todo o mundo (PINHO, 2004 apud LAGO, 2010, p.48):

	Princípio	Conceito
1	Adesão livre e voluntária	Trata-se de organização voluntária e aberta aos interessados na utilização dos serviços oferecidos e nas responsabilidades de sócios, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
2	Controle democrático pelos sócios	Organizações democráticas controladas pelos sócios com participação ativa no estabelecimento de políticas e tomadas de decisões.
3	Participação econômica dos associados	Contribuição equitativa e controle democrático do capital da cooperativa, sendo parte do capital de propriedade comum para o desenvolvimento da cooperativa. Outra parte é destinada aos sócios através de juros sobre o capital, como condição de sociedade e eventuais sobras têm o propósito de desenvolvimento da cooperativa, conforme aprovação dos sócios, em outras atividades.
4	Autonomia e Independência	Trata-se de organizações autônomas de ajuda mútua.
5	Educação, treinamento e informações	Aos cooperados há educação e treinamentos diversos, objetivando o desenvolvimento pessoal e da cooperativa.
6	Cooperação entre cooperativas	Atendimento efetivo aos sócios, como também o fortalecimento do movimento cooperativo, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, por meio de Federações, Centrais, Confederações e outros.
7	Preocupação com a comunidade	Um dos focos da cooperativa é o trabalho pelo desenvolvimento sustentável das comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo esta forma, papel de responsabilidade social nas comunidades onde estão inseridas.

Quadro 1. Princípios práticos do Cooperativismo.

Fonte: OCERGS (2008 apud LAGO, 2010, p.48).

Destaca-se ainda no processo cooperativista, a importância que o modelo traz à economia, como instrumento regulador de mercado, cuja atuação permite garantir a sustentabilidade dos cooperados e cooperativa, como também da região onde estão localizados.

Cruz (2001 apud SCHNEIDER, 2005, p.91) reforça a idéia citada acima, quando menciona que o cooperativismo é um sistema econômico-social, autogerido, e baseado na auto-ajuda, com a reunião de cooperados com propósitos definidos, objetivando atuarem em mercados concorrenciais com certo grau de sofisticação, visando satisfação das necessidades econômicas e promoção moral dos seus membros, já que individualmente, devido a pouca expressividade não seria possível atingir tais resultados.

E por ser um sistema econômico-social, voltado à produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, como citado anteriormente, a base cooperativista associa-se em muito à Economia Solidária, cuja forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (no sentido econômico), está centrada na valorização do ser humano e não do capital. Ou seja, o trabalho passa a ser uma alternativa de libertação humana no contexto do processo da democratização econômica, por ser uma alternativa criada às relações de trabalho capitalista, com finalidades que se estendem às dimensões de níveis sociais, econômicas, políticas, ecológicas e até culturais, de acordo com o meio no qual estão inseridas.

No Brasil o cooperativismo está amparado na Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, tendo definida quantidade mínima de 20 sócios para a constituição de uma cooperativa. O Artigo 4 do Capítulo II da Lei citada define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (...)”. O Artigo 79 do Capítulo XII define os atos cooperativos como sendo “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (BRASIL, 1971).

Young (2001 apud SCHNEIDER, 2005, p.91) menciona ainda que as cooperativas estão estruturadas com base na Lei 5.764/71, alterada parcialmente pelas leis 6.981/82 e 7.231/84 e Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo, disposições legais que caracterizam as sociedades cooperativas:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II – variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;

III – limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado; facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV – a não cessão das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade;

V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividades de crédito optar pelo critério da proporcionalidade;

VI – quorum para funcionamento e a deliberação da Assembléia Geral, baseado no número de associados e não no capital;

VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII – indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;

IX – neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X – prestação da assistência aos associados e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (YUONG, 2001, p.18, apud SCHNEIDER, 2005, p.91).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Selltiz (1974 apud BORGER, 2001) menciona a existência de três tipos de pesquisa, conforme os objetivos: se o pesquisador procura “*familiarizar-se*”, seja com o fenômeno ou buscar uma nova compreensão por meio de novos fatos, o estudo denomina-se “*formulador ou exploratório*”; se a pesquisa objetiva “*apresentar características*”, seja de um indivíduo, grupo ou uma situação, verificando a frequência das suas ocorrências, trata-se de estudo descritivo; por outro lado se o estudo tem como objetivo verificar hipótese de relação causal entre variáveis, o estudo é denominado de hipóteses causais.

Desta forma, conforme proposto no objetivo geral, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, orientada à análise das implicações decorrentes da parceria estabelecida entre as partes, com o surgimento da atividade de reaproveitamento de malotes inutilizados.

A pesquisa será desenvolvida através do método de estudo de caso. Conforme Martins (2000 apud BORGER, 2001), a técnica mencionada, tem como objetivo a análise de uma unidade, de forma profunda e intensa, considerando a unidade social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma empresa, instituição ou uma comunidade, buscando a compreensão em seus próprios termos.

O estudo de caso, segundo Yin (1990 apud BORGER, 2001) refere-se a uma estratégia de pesquisa para os estudos em que se deseja estudar fenômenos sociais complexos, permitindo uma investigação que possibilita reter as características holísticas e significativas dos eventos no seu contexto real, como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e gerenciais, mudanças na vizinhança, relações internacionais e maturação de indústrias.

O autor esclarece ainda que a estratégia é preferível quando são propostas as questões “*como*” ou “*por quê*”, em situações que o investigador apresenta pouco controle sobre os eventos e também quando os fenômenos são contemporâneos e presentes num contexto atual (YIN, 1990 apud BORGER, 2001). Desta maneira, baseado nas considerações acima, conclui-se que o estudo de caso adequa-se à estratégia utilizada no desenvolvimento deste trabalho, pelo fato da peculiaridade observada – fenômeno social –, dotada de complexidade, exigindo esforço na pesquisa, objetivando resultados satisfatórios.

5.1 SELEÇÃO DO CASO

Escolheu-se a instituição financeira no segmento de atuação, não só pela conveniência do analista, devido o vínculo laborativo, como também por ser um canal que proporciona o crescimento econômico da nação e ainda o desenvolvimento social e sustentável, além do vínculo, inserção e destaque com a realidade nos negócios, destacada na nova missão do banco, qual seja: *"Ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência."*

A escolha da cooperativa origina-se no trabalho realizado pelas pessoas pertencentes ao projeto, a partir da transformação do material inutilizado pelo banco, na elaboração e confecção de peças que são posteriormente comercializadas, com geração de renda aos cooperados. O estudo irá apontar com detalhes, de acordo com os objetivos específicos, as implicações decorrentes da parceria firmada, com a utilização de malotes inservíveis à instituição bancária.

5.2 MÉTODO E NATUREZA DA PESQUISA

O método utilizado na elaboração do presente trabalho, dar-se-á por meio de estudo de caso – propriamente único –.

O estudo de caso é uma análise profunda, em que se procura conhecer alguns elementos da população sobre variados aspectos e interrelações, sem a preocupação com a representação de determinada população comparada aos levantamentos de dados amostrais (MATTAR, 1993). Yin (1990) menciona também que um dos pontos fortes do estudo de caso é sua habilidade em lidar com diferentes fontes de evidências, tais como: documentos, artefatos, entrevistas e observações.

A natureza da pesquisa será do tipo descritiva, cujo objetivo além de proporcionar uma visão pontual da RSA, ater-se-á às peculiaridades da parceria entre banco e cooperativa, com enfoque às implicações nas áreas social, econômica e ambiental da cooperativa.

A justificativa para o método e para a natureza da pesquisa decorre das características próprias desse tipo de estudo, tais como: por permitir a descoberta e análise do assunto, ainda que surjam fatos novos; por permitir o relacionamento das ações, comportamentos e interações das pessoas envolvidas com a problemática da

situação; por retratar a realidade dos fatos de forma completa, conforme a multiplicidade deles; pela permissão da neutralidade do assunto, podendo o leitor posicionar-se, em diferentes contextos; por permitir a retratação de diferentes pontos de vista, para uma dada situação e realidade, sobre diferentes perspectivas; pela linguagem acessível, comparada a outros relatórios, através de registros em vídeo, escrita, oral, dentre outros.

A pesquisa será elaborada, tendo o desenvolvimento da problemática, anteriormente proposta, a base para a obtenção dos resultados esperados, em que serão estudadas as implicações sustentáveis, resultantes da parceria, com enfoque nos contextos econômico, social e ambiental da cooperativa. Ao mencionar cooperativa, faz-se alusão às pessoas autônomas que se uniram voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades, tais como: econômicas, sociais e até culturais, comuns ao grupo, por meio de uma empresa coletiva, porém democraticamente gerida. No caso em estudo, trata-se da Coopermandi.

5.3 COLETA DE DADOS

A abordagem adotada, que proporcionará resultados capazes de compreender a dinâmica do assunto, voltada às práticas socioambientais, de forma clara e precisa, será qualitativa.

Justifica-se tal abordagem, pela natureza analítica do trabalho, bem como pela sua flexibilidade na condução dos estudos.

Para a coleta de dados serão utilizadas diferentes técnicas: visita e entrevistas com os cooperados, visando a obtenção de informações primárias, por meio de questionário direcionado; levantamentos documentais (pelos meios disponíveis: publicações produzidas pelas empresas, portfólios, periódicos, literatura direcionada, trabalhos acadêmicos, dentre outros voltados à área de pesquisa), além de informações públicas disponibilizadas pelo conglomerado e pela cooperativa nos sítios da Internet.

As entrevistas com os cooperados – diretoria e demais trabalhadores responsáveis pelo desenvolvimento do projeto – se faz necessária para entender e compreender, conforme os pontos abordados no trabalho, a percepção dos seguintes aspectos, quais sejam: contexto social, econômico e ambiental dos cooperados, a partir das atividades realizadas em conjunto por meio da cooperativa.

Na realização das entrevistas junto aos cooperados, no ambiente da cooperativa, serão utilizadas as sugestões estabelecidas por WILLIS (1991, p.226), na forma como deve ser a abordagem a pessoas:

a) reconhecer o nível cultural em sua relativa unidade em vez de se deixar alienar por seus elementos possivelmente insultantes mais óbvios e externos;
b) reconhecer o potencial ou os significados submersos sob atitudes e comportamentos que devem ser em si estritamente condenados;
c) entender quais funções reprodutivas podem ser realizadas pelo nível cultural em ao invés de argumentar em favor, seja da equivalência, seja da superioridade das formas culturais em relação as dominantes;
d) aprender com as formas culturais e tentar distinguir entre suas penetrações e limitações – especialmente em relação às influências ideológicas dominantes. Explorar como as penetrações podem ser entendidas a análises sistemáticas da sociedade;
e) agir para expor, não para mistificar ou reforçar, processos culturais;
f) reconhecer os limites estruturais da atividade ao nível cultural e se organizar politicamente para agir em favor daqueles com os quais se trabalha, assim como em conjunto com eles, se o que deseja é uma mudança estrutural.

Quadro 2. Sugestões para abordagem de pessoas.

Fonte: WILLIS (1991, p.226).

As fases da coleta compreenderão a revisão bibliográfica, que embasarão teoricamente o estudo e posteriormente a pesquisa de campo na obtenção de dados que subsidiarão o caso a estudar, com informações primárias, possibilitando o desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Mattar (1993) dados primários não estão disponíveis em documentos. Sua origem é proveniente do trabalho de campo onde são coletadas as informações, objetivando atender as necessidades específicas da pesquisa em andamento. O mesmo autor faz referência aos dados secundários, sendo aqueles disponíveis em documentos, dispostos e ordenados, com propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em curso, estando à disposição dos interessados. As fontes deles são, dentre outros: a

empresa objeto de estudo, publicações, agências governamentais e serviços de informação.

As informações coletadas objetivam subsidiar o estudo em torno da problemática, auxiliando o desenvolvimento do trabalho, de forma a obter resultados capazes de proporcionar uma pesquisa consistente e contributiva, no período anterior, durante e posterior à pesquisa, visando resultados satisfatórios e conclusivos.

O objeto motivador para o estudo trata-se do material inutilizado pelo banco (malotes bancários), com posterior transformação e comercialização pela cooperativa.

Como definição do tamanho da amostra, pretendeu-se entrevistar todos os dezesseis cooperados. Todavia, por motivos diversos, dos quais não se têm conhecimento, o estudo abordou, na visita presencial, a percepção de onze cooperados, atingindo o percentual de 68,75% dos membros presentes.

5.4 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A estruturação do trabalho, conforme as fases para o seu desenvolvimento, foi realizada na seguinte composição: leitura/pesquisa bibliográfica que teve como objetivo selecionar o material que subsidiou o referencial teórico da pesquisa. Para isso, realizou-se a análise de diferentes obras e autores, periódicos diversos, trabalhos acadêmicos, sítios da Internet e Relatórios de Sustentabilidade divulgados pela instituição. Em paralelo ocorreu a seleção e apontamentos do material examinado, que subsidiaria a contextualização teórica do tema. Para o estudo de caso, conforme descrito anteriormente, ocorreu através de visita e entrevistas por meio de questionário, para a coleta de dados primários.

No presente trabalho, pretendeu-se a utilização de entrevistas semi-estruturadas, com a utilização de linhas-mestras que pudessem estabelecer um roteiro pré-determinado, facilitando a condução e o desenvolvimento do trabalho, bem como a análise das respostas. No caso de respostas que não contemplassem o solicitado, foi possível complementá-las por meio de outras perguntas na sequência, não interrompendo o desenvolvimento da pesquisa de campo na obtenção de dados primários.

Os elementos que nortearam a pesquisa (variáveis), para fins de elaboração do instrumento de coleta de dados, visando responder a questão-proposta, estiveram baseados no seguinte:

Variáveis	Elementos Pesquisados
Desenvolvimento Sustentável	a) verificar o contexto social dos cooperados, comparando o período anterior e posterior à realização da parceria; b) compreender o contexto econômico na cooperativa, decorrente da parceria; c) examinar as implicações ambientais resultantes da parceria para à Coopermandi;
Responsabilidade Socioambiental	d) atender necessidades de famílias ou grupos de pessoas, com criação de valor e distribuição de renda inclusiva;
Cooperativismo	e) ação/parceria de caráter social e econômica, de forma organizada, visando o bem-estar da comunidade envolvida.

Quadro 3. Variáveis para o instrumento de coleta de dados.

Os dados coletados, foram interpretados pelo método de *Análise de Conteúdo* (AC), devido a metodologia sistemática e objetiva, uma vez que permitiu “*descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos*” (MORAES, 1999, p.9). Tal metodologia “*ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum*” (MORAES, 1999, p.9), principalmente nas situações em que o interlocutor deixa em aberto, nas entrelinhas, determinado assunto.

Freitas (2000, p.37) cita que parte do comportamento, opinião ou idéias de pessoas se exprimem na forma verbal ou escrita. Desta forma, a Análise de Conteúdo das informações obtidas a partir do interlocutor, normalmente acontecem de maneira resumida e organizada. Para tanto a AC pode ser utilizada para a análise em profundidade das expressões de pessoas ou grupos envolvidos no debate. Devido a isso a Análise de Conteúdo apresentou-se como um dos métodos mais eficientes para a análise dos dados no presente trabalho.

Na prática, objetivando a interpretação dos dados com a profundidade requerida, palavras-chaves e conceitos a partir do referencial teórico exposto foram utilizados, afim de conduzir as interpretações e tabulações dos resultados, tais como: Desenvolvimento Sustentável; criação de valor; distribuição de renda; parceria; bem-

estar; preservação dos recursos naturais; qualidade de vida; implicações social, econômica e ambiental.

No que se refere à tipologia, seguindo classificação de Grawits, (apud FREITAS; JANISSEK, 2000, p.42) a análise do conteúdo de projetos foi classificada como sendo de Exploração, Qualitativa e Indireta. De Exploração devido a não quantificação claramente dos resultados obtidos, sendo necessário o uso da intuição e experiência para algumas situações, conforme os resultados obtidos. Qualitativa devido a presença ou ausência de determinadas características, não levando em consideração a frequência de temas, palavras ou símbolos verificados no desenvolvimento. Indireta porque a interpretação não se restringe às palavras mencionadas; ou seja, consideram-se também as inferências que o interlocutor (autor) deixara subentendido.

Para Moraes (1999) a Análise de Conteúdo é composta por cinco etapas, sendo elas predefinidas: preparação das informações, separação do conteúdo em unidades, categorização, descrição e interpretação.

A preparação envolve a identificação do material coletado, verificação de eventuais desvios em respostas sem nexo ao objetivo e a transcrição prévia para o papel, no caso de gravação, das informações obtidas.

A separação do conteúdo em unidades, visa a organização do material conforme a riqueza de detalhes e a complexidade do material coletado. Moraes (1999) menciona que entre o momento de coleta de informações até sua análise, alguma particularidade pode ter sido perdida. Por isso a sua separação.

A categorização, como afirmam Olabuenaga e Ispizúa (apud MORAES, 1999, p.19), *“pode ser entendido em sua essência como processo de redução de dados”*. Tal ponto coloca em vantagem novamente a Análise de Conteúdo, que permite com flexibilidade realizar a leitura. Perrien, Chéron e Ziens (apud FREITAS; JANISSEK, 2000, p.37) citam que a AC *“torna possível analisar as entrelinhas das opiniões de pessoas, não se restringindo unicamente às palavras expressas diretamente, mas também àquelas que estão subentendidas no discurso, fala ou resposta de um respondente”*.

A descrição trata-se da comunicação do resultado da análise do trabalho.

A interpretação vai além dos dados obtidos pura e simplesmente. Ressalta-se a importância de que mesmo tendo objetivos e foco definidos, pode ocorrer o surgimento de informações novas, importantes e relevantes à pesquisa. Moraes (1999) denomina esse processo de *“desconstrução”*, sendo a primeira parte conduzida pelo pesquisador a

partir de objetivos propostos, diferente da segunda parte, em que há a reconstrução por meio de novos fatos que estão fora do controle do pesquisador.

A situação descrita certamente enriqueceu o trabalho, apesar de no primeiro momento parecer fora de controle, com o surgimento de novas variáveis e hipóteses, inicialmente não percebidas. Suttom e Staw (2003, p. 79, apud SCHNEIDER, 2005) definem a situação inesperada como uma boa teoria, por aproximarem respostas à indagações do porquê.

Com a estratégia de pesquisa e o método de análise especificados, esperou-se atender aos objetivos propostos na presente pesquisa. Considerou-se necessário que nomes de pessoas fossem preservados, por situações meramente pessoais.

A redação do trabalho, dividida em sete capítulos, apresenta-se na seguinte disposição: capítulo introdutório; capítulos dois, três e quatro, com embasamento teórico; capítulo cinco com apresentação dos procedimentos metodológicos; capítulo seis com a análise das informações e o capítulo sete com as considerações finais.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, espera-se contribuir com o banco, à cooperativa, bem como a outras iniciativas de estudo acerca do tema, cujo campo de estudo certamente continuará passível de exploração.

6 ANÁLISE DOS DADOS

A constatação e percepção dos dados obtidos - informações primárias -, publicados neste trabalho, ocorreu a partir da visita a campo, após algumas tentativas sem sucesso, visto que a cooperativa passa atualmente por uma reestruturação principalmente financeira, em decorrência, segundo informações obtidas com membro da diretoria, por confiança excessiva na gestão anterior, tendo ocasionado um passivo financeiro, porém com débitos atualmente próximos da sua liquidação, fruto do trabalho prestado pelos cooperados e da atual diretoria, entendendo a gravidade da situação e desejosos em continuar com os negócios, na geração de trabalho e renda.

Conforme citado anteriormente à página 21, Cruz (2001 apud SCHNEIDER, 2005, p.91) define o cooperativismo como sistema econômico-social, autogerido, e baseado na autoajuda, com a reunião de cooperados com propósitos definidos, objetivando atuarem em mercados concorrenciais com certo grau de sofisticação, visando satisfação das necessidades econômicas e promoção moral dos seus membros, já que individualmente, devido a pouca expressividade não seria possível atingir tais resultados. Trata-se, portanto, da união de pessoas voltadas a um desafio comum: alcançar os objetivos dispostos na sua constituição estatutária. Os princípios práticos do cooperativismo, citados no Quadro 1, à página 19, sintetizam os anseios, desde à adesão livre e voluntária, passando pela educação, em se tratando do aprendizado necessário ao proponente cooperado, até a preocupação assumida com a comunidade, no papel da responsabilidade social para com esta.

É devido a esses objetivos que atualmente as 16 pessoas cooperadas no projeto, cujo carro chefe é a confecção de bolsas (praticamente) artesanais, estão se desdobrando no trabalho cooperado, para obtenção de renda financeira para alguns, complemento de renda para outros e melhoria no bem-estar familiar e dos negócios.

Foi num ambiente tranqüilo e até descontraído, distante alguns minutos do centro da cidade, no local que abriga a cooperativa atualmente, que foram obtidas as informações primárias, expostas no presente trabalho. Um dos obstáculos encontrados, foi a limitação da entrevista, por não contemplar o total de cooperados, como se objetivava. Ainda assim, a entrevista transcorreu normalmente com 11 membros da cooperativa, sem qualquer prejuízo à pesquisa, quanto aos resultados de acordo com os objetivos propostos.

Por outro lado, não menos importante, foi possível perceber no ambiente de trabalho, a convivência, as dificuldades enfrentadas, como também o funcionamento do processo produtivo, desde a recepção até a conclusão das peças, feitas a partir de lonas e malotes inutilizados, recebidos dos parceiros do projeto.

A entrevista com a cooperativa (diretoria) e cooperados abordou aspectos sociais, econômicos e ambientais, conforme se pode verificar na Seção Anexos - A e B - deste trabalho, cujos resultados encontram-se expostos nos itens, conforme abaixo.

6.1 A COOPERMANDI

Denominada de Coopermandi, CNPJ 05.352.345/0001-28, a Cooperativa de Produtores Rurais e Artesãos de Mandirituba, está, desde a sua fundação, em operação na cidade de Mandirituba-PR, cerca de 40 Km ao sul da capital paranaense, sediada à rua da Liberdade, número 18, Conjunto Barcelona. (Ilustração 1).



Ilustração 1. Fachada da Coopermandi.

Sua constituição formal ocorreu em 14 de junho de 2002, embora o trabalho coletivo tivesse iniciado um pouco antes, desde 1998, quando um grupo de pessoas (não organizadas) humildes, porém sonhadoras, reunia-se em quiosques montados na praça, no centro da cidade, para expor e comercializar artesanatos diversos, como também, produtos orgânicos, com destaque ao Cogumelo do Sol.

Acreditando-se no potencial coletivo, o sonho e os objetivos aumentaram. Houve o interesse do grupo em reunir-se formalmente em cooperativa, vindo ao conhecimento dos artesãos a possibilidade de se organizarem, desde que se dispusessem a passar pelo processo de aprendizagem com técnicas de cooperativismo e administração, para iniciarem o processo de fabricação de bolsas de lonas. (Vide Ilustração 2).



Ilustração 2. Material preparado para a confecção de bolsas.

O sonho começou a tomar forma a partir do momento em que o projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná - ITCP-UFPR - iniciou seu apoio através do projeto denominado "incubadora", prestando apoio e assessoria técnica, orientação e formação em cooperativa, produção, gerenciamento, vendas e posterior suporte à continuação dos negócios.

Com o projeto em andamento e posterior abertura formal da Coopermandi, os 32 cooperados buscavam e continuam a buscar, através dos atuais 16 membros, por melhorias na renda financeira pessoal e familiar, qualidade de vida, oportunidades e bem-estar social, dado a condições adversas do mercado de trabalho, já que a cidade possui poucas opções profissionais aos seus 22.100 moradores, (IBGE, 2010), cuja população, em sua maioria, é predominantemente rural.

Por razões diversas, não se tem atualmente a formação inicial dos 32 cooperados, mas os atuais 16, continuam firmes e dispostos no ofício da transformação da lona em bolsas (praticamente) artesanais, haja vista que, mesmo com a mecanização

necessárias à produção, todas as peças passam por processo manual, em diferentes momentos. (Vide Ilustração 3).



Ilustração 3. Peça produzida na cooperativa.

O projeto passa atualmente por reestruturação financeira, exigindo a concentração de esforços dos cooperados, na disposição ao trabalho, para liquidação de passivo financeiro existente. Em paralelo, dedicam-se também, para darem continuidade às obras do novo espaço (450,00 m²), cujo endereço não foi informado, que abrigará, com melhores condições estruturais, o novo galpão da cooperativa.

Percebeu-se de antemão, mesmo com as dificuldades atualmente enfrentadas, a satisfação dos cooperados, com a ajuda mútua dos membros entre si, sendo a Coopermandi um marco às famílias pertencentes ao projeto, por proporcionar a elas melhores condições na qualidade de vida (seja no aspecto social, com a educação, saúde, consumo de produtos/bens e serviços; como no ambiental, pela contribuição na reciclagem do material e principalmente no financeiro, com obtenção de renda), através da contribuição à sociedade pelo trabalho prestado, obtendo maiores ganhos em decorrência da produtividade realizada em conjunto.

Na visão da cooperativa, publicada em material publicitário (vide folder na seção Anexos), *"a reciclagem de materiais contribui com a sustentabilidade do meio ambiente e garante renda para as famílias envolvidas no projeto, o que caracteriza como um empreendimento de Economia Solidária"*.

6.2 COOPERATIVA: ASPECTOS SOCIAIS

A fundação da Coopermandi foi em 14 de junho de 2002, tendo na época 32 cooperados. A razão do nome, deve-se às iniciais de cooperativa, com a junção do nome da cidade Mandirituba.

Para tornar-se cooperado, o interessado deve realizar o curso de cooperativismo ministrado pela ITCP-UFPR ou pelo SEBRAE (bem como cursos alternativos, ofertados pelo SENAC, como o de corte e costura) e aguardar por período indeterminado, conforme critérios internos da cooperativa, até a formação de possível grupo aspirante à entrada.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO	CURSOS
ITCP-UFPR	Técnicas de cooperativismo, administrativas e financeiras.
SEBRAE	Técnicas de cooperativismo, administrativas e financeiras.
SENAC	Corte e costura e outros.

Quadro 4. Instituições de ensino parceiras do projeto.

Atualmente a cooperativa confecciona seus produtos - bolsa e assemelhados - com matéria-prima doada por alguns parceiros fundamentais ao negócio (Quadro 5 e Ilustração 4).

PARCEIROS	QUANTIDADE DE MATERIAL DOADA
Banco do Brasil	Não divulgado. Porém é parceiro exclusivo.
Caixa Econômica Federal	Não divulgado. Não é parceiro exclusivo.
Correios	Não divulgado. Não é parceiro exclusivo.
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	Não divulgado. Não é parceiro exclusivo.
Exército Brasileiro	Não divulgado. Não é parceiro exclusivo.

Quadro 5. Parceiros/fornecedores da Coopermandi.



Ilustração 4. Parceiros do projeto (não sendo atualmente todos os citados).

O material doado consiste em malotes e lonas de cobertura, inutilizados pelas instituições citadas. Os produtos confeccionados são em sua maioria bolsas de diversos tamanhos e cores, pastas para eventos e mochilas. Todo material confeccionado pode ser personalizado, de acordo com a demanda e finalidade, tais como: eventos, feiras, congressos, dentre outros.

Não houve informações precisas em razão de a cooperativa iniciar com 32 cooperados, vindo a reduzir pela metade o número deles quase dez anos depois (vide quadro 6). Por outro lado, citou-se na entrevista que alguns cooperados deixaram a cooperativa devido a obtenção de técnicas de conhecimento produtivo e de gestão de negócios, através dos conhecimentos obtidos na incubadora, vindo a abrir pequenos negócios próprios na cidade; outros porém, mudaram-se para outras localidades e demais pessoas desistiram tão somente, por motivos pessoais, ou não estavam aptas a tornarem-se cooperadas.

Ainda assim a cooperativa se orgulha, por ser uma das poucas a continuar com as operações em atividade, das dezenas que iniciaram o Projeto "Incubadoras" em 2002.

MÊS/ANO	TOTAL DE COOPERADOS
JUN/2002	32
OUT/2011	16

Quadro 6. Total de cooperados em 2002 e 2011.

6.3 COOPERATIVA: ASPECTOS ECONÔMICOS

Grande parte da produção realizada pela cooperativa, corresponde a encomendas com volume considerável de peças, para suprir demandas de empresas e associações em fóruns, eventos, congressos e demais situações, podendo variar a quantidade de peças confeccionadas, porém com média mensal de 300 unidades produzidas.

Atualmente não há a existência de clientes fixos, que exerçam peso maior na demanda dos produtos da cooperativa. Ainda assim, a diretoria informou que alguns clientes são tradicionais, como: Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Itaipu, procurando apoiar a cooperativa sempre que possível. Por outro lado, também comercializam para lojistas, pessoas físicas e demais clientes interessados, sem restrição de quantidades e local para o envio das encomendas.

Como citado anteriormente, a Coopermandi possui alguns parceiros que destinam a ela a matéria-prima (como é chamada a lona inutilizada), descartada pelas instituições bancárias, demais órgãos e empresas, devido a sua vida útil esgotada, pelas condições inadequadas de uso.

O material doado e recebido passa por algumas etapas de preparação (recepção, seleção, lavagem, secagem, corte da peça no formato a ser produzido) até a confecção do produto final. Quando perguntado sobre os principais fornecedores, mencionou-se o Banco do Brasil (com exclusividade à cooperativa), com percentual maior dentre os demais, embora não tenham sido informados os números para um possível parâmetro comparativo. Outros parceiros-fornecedores de material, sendo não exclusivos: Caixa Econômica Federal; Correios; Exército Brasileiro e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Para a confecção das bolsas e demais produtos, a Coopermandi utiliza no processo, mão-de-obra dos cooperados (parte manual), máquinas de costura industriais (parte mecânica) e outros equipamentos, como bordadeira e abotoadeira.

O preço das peças varia conforme modelo, cor e quantidade de trabalho alocada na sua confecção, fixados entre R\$ 25 e R\$ 60. A quantidade de peças, conforme o pedido realizado, apresenta alguma influência no valor das bolsas. A base para definição dos preços praticados está nos custos para elaboração dos produtos, entre fixos e variáveis, destacando a mão-de-obra alocada e demais despesas, como energia elétrica, água, material de limpeza utilizado na lavagem, linhas, manutenção de

máquinas, combustível, transporte, dentre outros. A definição dos custos e seu detalhamento para apuração dos resultados, como o estabelecimento dos preços, decorre do aprendizado das técnicas de administração e economia, nos cursos obrigatórios submetidos aos cooperados.

De acordo com informações obtidas na entrevista, a receita da Coopermandi em função das vendas, tem sido em média no percentual de 30%, embora não tenha sido informado números, para eventual parâmetros ao longo do tempo. Foi informado também que devido a problemas na gestão anterior, por excesso de confiança (sendo alegado pelo menos um dentre alguns motivos existentes), descobriu-se recentemente (quando alguns credores passaram a procurar e contatar a cooperativa com frequência) que a Coopermandi estaria com um déficit financeiro acumulado em seu caixa da ordem de R\$ 80 mil, comprometendo os investimentos que estavam sendo feitos ao longo dos meses na construção de uma sede própria, área de 450 m², com amplo espaço e com melhores condições de trabalho aos cooperados, já que o local ocupado atualmente é cedido pela Prefeitura Municipal da cidade.

Com a situação financeira deficitária (seja com os credores ou por suposto desvio, conforme informado), quase que a totalidade da receita obtida nos últimos meses, tem sido para saldar compromissos por conta dos desencaixes monetários, visando a liquidação das pendências existentes.

Devido aos problemas citados, fez-se necessária recentemente uma reestruturação na diretoria da Coopermandi, visando a sua permanência e continuação dos seus objetivos, quais sejam: geração de trabalho e renda aos cooperados, como também e primordialmente a reparação financeira e o término das obras do galpão que abrigará a sede da cooperativa.

As mudanças ocorridas, segundo o informado, não só apresentaram como vêm apresentando resultados satisfatórios, conforme apuração contábil no exercício de 2010, fruto do empenho dos cooperados que mantiveram a crença no potencial individual existente, através da ação conjunta, podendo concentrar forças e aumentar o potencial produtivo como cooperados. Vide Quadro 7:

FAIXA DE PREÇO DAS PEÇAS (R\$)	FATURAMENTO EM REAIS PERÍODO ABR/2010 - DEZ/2010
25,00 A 60,00	200.000,00

Quadro 7. Dados financeiros da Coopermandi obtidos na entrevista.

Na entrevista foi também indagada à diretoria, como é o formato da divisão do lucro obtido com a comercialização dos produtos entre os cooperados. A resposta foi a seguinte: o lucro entre os cooperados ocorre com base na hora trabalhada, sendo deduzidas as despesas na confecção da peça (individual) e o percentual de 15% que retorna à cooperativa, conforme decisão estatutária. Os cooperados têm a liberdade de trabalharem conforme a conveniência, de acordo com o tempo disponível na dedicação ao negócio, em que alguns dedicam-se integralmente e outros parcialmente, desde que não prejudiquem a demanda de pedidos, conforme os prazos para entrega. Ainda com relação aos lucros, contemplando a reestruturação na qual passa à cooperativa, encontra-se em estudo novo modelo de remuneração aos cooperados.

Na percepção da diretoria, a cooperativa está cumprindo o papel para o qual foi constituída, por constatar melhoria nos indicadores sociais e econômicos dos cooperados, sendo o principal deles a obtenção de renda, com participação na complementação do orçamento familiar, desencadeando melhora no aspecto do consumo de bens e serviços, como a aquisição de eletrodomésticos (os produtos denominados de linha branca) e alimentação de melhor qualidade, agregando valor nutricional maior, dada a variedade de opções.

A saúde e o lazer também foram citados como parte dos indicadores positivos proporcionados pela Coopermandi: a primeira pelo fato do cooperado estar em grupo, com o qual conversa, troca idéias, aprende e também exercita o aprendizado na função desempenhada, tendo a oportunidade de uma ocupação digna, trabalhando a mente e o corpo, com menos probabilidade de ficar doente ou mesmo depressivo, diminuindo a dependência do cidadão cooperado aos programas governamentais, inclusive no que se refere aos gastos com remédios, já que a idade média dos cooperados é por volta de 45 anos de idade. Destaca-se também nesse contexto, o fato da insuficiência de postos de trabalho na cidade, principalmente aos jovens (sem mencionar os de mais idade), dada a predominância rural do município, que precisam se deslocar até a capital do Estado para exercerem suas atividades; a segunda pelo fato da renda obtida, mesmo não sendo tão expressiva, porém de grande utilidade, acaba por contemplar o lazer, seja através da aquisição de um aparelho televisor, um rádio ou uma eventual ida a um passeio em família.

A Coopermandi tem proporcionado trabalho digno e ocupação a algumas famílias, com a geração de renda financeira, cuja dependência da ajuda de programas

governamentais tem sido menor, possibilitando o benefício a outras famílias com menor poder aquisitivo monetário.

No caso da inexistência da cooperativa, segundo a diretoria, a maioria dos cooperados ou estariam sem qualquer atividade, visto a predominância rural do município, com pouca ou quase nenhuma oferta de trabalho no comércio local existente; ou exerceriam individualmente, atividades manuais, da forma como inicialmente acontecia com alguns, antes de tornarem-se cooperados de forma organizada; ou ainda algumas pessoas, principalmente as do sexo feminino, trabalhariam em residências familiares, provavelmente tendo que se deslocar diariamente à capital - Curitiba -, com o intuito de auferir o complemento financeiro para suas famílias.

Equipamentos de propriedade da cooperativa:

QUANTIDADE	EQUIPAMENTO
10	Máquinas de Costura Industrial
02	Máquinas Overlock
01	Máquina Interlock
01	Máquina Bordadeira Portátil
02	Abraçadeiras
01	Máquina de Botão
01	Lavadora industrial

Quadro 8. Equipamentos industriais de propriedade da cooperativa.

Das 10 máquinas de costura, 2 foram doadas pela Fundação Banco do Brasil; as 2 máquinas Overlock também foram doadas por outras instituições. As demais máquinas foram adquiridas pela cooperativa ao longo dos anos. (Vide Ilustração 5).



Ilustração 5. Máquinas de costura.

6.4 COOPERATIVA: ASPECTOS AMBIENTAIS

Em se tratando de aspectos ambientais, o principal questionamento realizado à cooperativa - diretoria -, diz respeito à percepção da Coopermandi ao receber a matéria-prima, sua preparação, confecção e comercialização da peça (pronta), cuja origem ocorre a partir da doação pelos parceiros do projeto, devido a sua vida útil esgotada nas empresas. Indagou-se também sobre as atitudes dos cooperados em continuarem o processo de preservação com a reciclagem da matéria-prima, na cadeia da renovação, transformação e criação de valor, originada nos parceiros.

Segundo o que foi mencionado - opinião de um dos membros da diretoria -, a cooperativa tem visão ambiental, no sentido de proteção com a atividade desenvolvida, evitando a poluição dos aterros e rios, onde o material provavelmente seria encontrado após ser descartado pelos parceiros, caso não fosse doado. Por outro lado, a cooperativa está dando sobrevida ao material recebido, aumentando sua vida útil, na forma de peças (praticamente) artesanais e de uso contínuo pela sociedade, fazendo desta forma sua parte não só à população em geral, como ao meio ambiente, com geração de trabalho e renda aos cooperados e demais setores beneficiados, com o consumo consciente de bens e serviços demandados pelas famílias no comércio em geral.

Pode-se considerar ainda como maior aspecto contributivo, a questão que supera o ambiental: o papel da sustentabilidade, a partir da sobrevida dada ao material, permitindo que o mesmo seja reciclado e renovado, após processo de transformação, tendo a sua vida útil prolongada, com a inserção de um produto no mercado, de boa qualidade, boa apresentação e de utilidade aos usuários, com boa aceitação, sendo ainda novidade em mercados onde o produto é exposto, conforme o público-alvo, promovendo a Economia Solidária (forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano) e o consumo consciente, devido à peça não ser descartável e sim de longa duração, produzida com material 100% renovável.

Por esta razão, embora expresso no sentido didático do termo, a cooperativa tem sido propagadora da sustentabilidade - suprimindo as necessidades das pessoas do projeto, como de outras que de alguma maneira acabam se beneficiando, seja na prestação de um serviço, ou na comercialização de um bem, em decorrência da renda recebida pelo cooperado a partir do seu trabalho desenvolvido, porém não deixando de pensar nas gerações futuras, para que estas tenham condições de continuar o legado, de uma atitude iniciada muito antes, mesmo que tenha sido num passado recente.

6.5 PANORAMA DOS COOPERADOS

Com o desenvolvimento dos trabalhos realizados em campo, a partir das entrevistas aos presentes (alguns desde a fundação), constatou-se o quão importante é a existência da Cooperativa às famílias pertencentes ao projeto, proporcionando qualidade de vida e satisfação pessoal aos membros, por se sentirem úteis com o trabalho desenvolvido e de outra forma, pela participação ativa na sociedade, com a possibilidade de consumirem e adquirirem bens e serviços diversos, fruto da dedicação e empenho do trabalho prestado em conjunto com demais cooperados.

De outra maneira, observou-se um sentimento de estarem cumprindo com seus deveres e podendo, de fato, serem vistos como cidadãos normais, aptos a participarem ativamente da sociedade que se autodenomina consumista, da qual muitos dela não participam social e economicamente, pela falta de acesso, devido à exclusão no mercado de trabalho, sem auferir renda, o que torna-se ainda mais difícil.

6.5.1 Aspectos Sociais, Econômicos e Ambientais

Ao verificar a importância da atividade desempenhada, sendo reconhecida pela sociedade, o trabalhador (cooperado) assume nova identidade e se afirma como sujeito, contribuindo para o conjunto produtivo (cooperativa), para si, para a família e para o equilíbrio ambiental, de forma sustentável.

As informações compiladas na entrevista individual, abrangendo aspectos sociais, econômicos e ambientais, estão mencionadas conforme abaixo. As respostas retratam o perfil da maioria dos 11 entrevistados, do total de 16.

Primeiramente abordamos o estado civil, idade e gênero dos cooperados. Conforme Quadro 9 (abaixo), verifica-se em sua maioria, cooperados casados, cuja média de idade está entre 40 e 60 anos de idade, sendo a maior parte do sexo feminino.

ESTADO CIVIL	IDADE	GÊNERO
Casados.....6	Até 20 Anos.....0	Feminino.....9 Masculino.....2
Solteiros.....2	21 a 40 Anos.....2	
Viúvos.....2	41 a 60 Anos.....5	
Outros.....1	Acima de 60 Anos..4	

Quadro 9. Caracterização da Amostra.

O Quadro 10 retrata o nível instrucional dos cooperados; se possuem conta bancária e o tempo médio de atividade. A respeito da conta em banco, pretendeu-se dimensionar o nível de bancarização dos cooperados, verificando inclusive quais são os produtos e serviços demandados. A maioria possui conta bancária (não especificando o banco), com demanda de produtos básicos: conta simples; poupança; recebimento de benefícios sociais, para os aposentados e pensionistas. A maioria estudou até o antigo ginásio, atual ensino fundamental e o tempo médio de cooperativa é de 48 meses, sendo poucos aqueles desde o início.

NÍVEL INSTRUCIONAL	POSSUI CONTA BANCÁRIA	TEMPO DE COOPERADO (MESES)
Ensino Fundamental.....7	Sim.....6	Até 24 Meses.....4
Ensino Médio.....4	Não.....5	Até 48 Meses.....4
		Acima de 48 Meses..3

Quadro 10. Caracterização da Amostra

A pretensão em continuar na atividade cooperada pelos próximos anos e a(s) razão(ões) para continuar(em) ou se desligar(em), tiveram respostas unânimes dos membros. Mesmo com as dificuldades financeiras da cooperativa, todos têm ciência do que está acontecendo e ainda assim encontram motivação para "trabalharem em dobro", como citado em uma das respostas. E os motivos são diversos. Vide Quadro 11.

PRETENSÃO EM CONTINUAR NA ATIVIDADE COOPERADA PELOS PRÓXIMOS ANOS	RAZÃO EM CONTINUAR NA COOPERATIVA
Respostas unânimes: sim. Todos os entrevistados pretendem continuar na atividade pelo menos a médio prazo: ou seja, pelo menos até os próximos três anos.	Principalmente pela renda auferida; houve também respostas citando o convívio com as pessoas e a amizade ao longo do tempo, como também as dívidas da cooperativa.

Quadro 11. Aspectos socioeconômicos.

O quadro seguinte procurou retratar o que representa a cooperativa na vida dos cooperados e se desempenham outra atividade profissional. Percebeu-se novamente, a partir da pergunta realizada, o quão importante é a Coopermandi aos seus membros, como também a consciência quando o assunto faz menção à reciclagem, renovação e transformação de determinado material em peça de uso ou mesmo decorativa (no caso de outros artesanatos).

REPRESENTATIVIDADE DA COOPERATIVA NA VIDA DOS COOPERADOS	EXERCEM OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL EM PARALELO À COOPERATIVA
As respostas direcionaram-se para o lado familiar, no sentido do bem-estar coletivo, do companheirismo, da união entre os membros. Citou-se ainda o fator ambiental, como importante iniciativa realizada pela cooperativa em transformar o material doado (evitando sua queima e destruição), resultando em bolsas.	A maioria é exclusiva na atividade cooperada, tendo a cooperativa como fonte de renda; há também aposentados e pensionistas exercendo a atividade, para complemento da renda familiar.

Quadro 12. Aspectos socioeconômicos.

Como complementação do quadro anterior, foi questionado ainda se houve mudanças na vida, após a entrada na cooperativa, bem como melhorias no padrão de consumo e aquisição de bens e serviços; ou seja, se os cooperados têm tido qualidade de vida, a partir do trabalho cooperado.

Para a primeira pergunta, as respostas foram unânimes em dizer que houve mudanças a partir da atividade cooperada. Porém complementou alguns, citando a disposição para o trabalho (voluntário), o aprendizado das técnicas do cooperativismo, o círculo de amizades, bem como a renda que a atividade tem proporcionado.

Em se tratando do padrão de consumo e aquisição de bens e serviços, para alguns a renda obtida é tudo o que ganham no mês; para outros trata-se de complemento da renda familiar, possibilitando consumir produtos e serviços com melhor qualidade, principalmente ao tratar da variedade maior na alimentação e aquisição mais frequente de eletrodomésticos da chamada linha branca.

Por residirem numa cidade predominantemente rural, mas com alguma estrutura urbana, visto que parte da população se desloca à capital Curitiba, para exercerem atividades acadêmicas, profissionais e demais, procurou-se por questões de inclusão social e até econômica, com a pergunta seguinte, inteirar-se a respeito da utilização/fornecimento, nas residências, de energia elétrica (COPEL) e água tratada (SANEPAR), como também se houve melhora no acesso à educação e informação (geral), através de jornais, revistas e Internet. As respostas, conforme Quadro 13, foram objetivas, todavia considerando-se válidas, cumprindo a proposição.

A RESIDÊNCIA POSSUI ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA TRATADA	HOUE MELHORA NO ACESSO À EDUCAÇÃO E À INFORMAÇÃO
As respostas foram unânimes em dizer que todas possuem água encanada e energia elétrica.	As respostas não foram muito claras, embora tenham sido afirmativas, porém não especificando quais melhoras, mas deixando a entender, no sentido de terem obtido informação no curso de Técnicas de Cooperativismo, ministrado pela UFPR, pelo SEBRAE e outros avulsos ministrados pelo SENAC, como o de corte e costura, essencial à atividade da cooperativa.

Quadro 13. Aspectos socioeconômicos.

O Quadro 14 trata de uma questão pontual: a renda média auferida pelos cooperados. O resultado financeiro corresponde às horas dedicadas no trabalho. A resposta pode ser verificada no quadro abaixo.

RENDA MÉDIA MENSAL OBTIDA COM A ATIVIDADE COOPERADA
R\$ 600,00. A renda dos cooperados é calculada com base nas horas trabalhadas, deduzidas as despesas fixas e variáveis na confecção das peças, ocorrendo ainda a retirada de 15% que retorna à cooperativa, conforme decisão estatutária. De acordo com a direção, encontra-se em estudo novo modelo de distribuição dos lucros aos cooperados. Nas respostas, foram consideradas com certa indignação, o fato ocorrido no caixa da cooperativa, em que os cooperados estão atualmente trabalhando, em parte, para cobrir posições deficitárias, além do empenho para a continuação das obras do novo galpão que abrigará a cooperativa.

Quadro 14. Aspectos socioeconômicos.

Perguntou-se aos cooperados quanto ao conhecimento deles, sobre a origem da matéria-prima, objeto de trabalho. A pergunta parece óbvia, mas objetivava perceber a comunicação interna dos membros. O Quadro 15 menciona a resposta da maioria.

<p>CONHECIMENTO DO COOPERADO, DA ORIGEM DO MATERIAL COM O QUAL TRABALHA</p>
<p>As respostas foram unânimes: todos possuem conhecimento. Foram citados inclusive os parceiros da Cooperativa: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Itaú, além dos Correios, TRE-PR e o Exército Brasileiro. Citou-se ainda a exclusividade do Banco do Brasil, destinando todos os seus malotes inutilizados à cooperativa e a parcialidade dos demais.</p>

Quadro 15. Aspectos ambientais.

A pergunta seguinte trata-se de um complemento da anterior, procurando saber do cooperado, no caso de ter conhecimento (da origem do material, objeto de trabalho), o que ele pensa sobre a atitude do banco (e demais parceiros) em ceder o material à cooperativa. É uma pergunta aberta, visando tão somente o aspecto ambiental, objetivando a percepção do cooperado sobre o assunto, no contexto do material recebido e transformado com a elaboração da peça final. O Quadro 16 retrata a essência das respostas.

<p>NO CASO DE CONHECIMENTO, O QUE O COOPERADO PENSA SOBRE A ATITUDE DO BANCO (E DEMAIS PARCEIROS) EM CEDER O MATERIAL À COOPERATIVA</p>
<p>As respostas foram diversificadas, mas no geral, vêm a iniciativa interessante e fundamental para o desenvolvimento do trabalho cooperado, pelo seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> --> com o material doado, os cooperados têm trabalho e obtém renda com a comercialização dos produtos; --> por outro lado também fazem a parte deles ao reciclar o material e colaborar ativamente com o meio ambiente, pelo fato da preservação, evitando que o material venha ser jogado nos aterros ou mesmo queimado ou ainda serem depositados em rios e mananciais, provocando danos ambientais irreparáveis. --> Citou-se ainda a questão da sustentabilidade, algo que eles (cooperados) sabem

muito bem o que o tema representa na prática: cuidar, preservar e renovar, para que no futuro, a cooperativa possa dar continuidade no trabalho, se não com os atuais cooperados, com os novos que a ela irão fazer parte.

--> Outra resposta obtida que destoou daquelas mencionadas acima, está no fato de que se não tivesse o produto doado, como acontecia no início do projeto, a cooperativa iria dar um jeito de adquirir o material no mercado, pela compra do mesmo. De forma alguma os cooperados iriam ficar parados.

Quadro 16. Aspectos ambientais.

A última pergunta individual foi uma provocação aos cooperados, no sentido de ouvir e saber até que ponto acreditam no trabalho que vem sendo desenvolvido há quase dez anos.

Foi perguntado se eles, cooperados, recomendam os produtos confeccionados na cooperativa. Vide Quadro 17.

RECOMENDAM OS PRODUTOS CONFECCIONADOS NA COOPERATIVA

Por acreditarem no trabalho feito pelos cooperados, na qualidade das peças, além de ser um produto apresentável, bem acabado, inovador e de boa aparência, recomendam sim à sociedade em geral.

Quadro 17. Recomendação do produto.

6.6 SÍNTESE DA ANÁLISE

A análise ora realizada, após a obtenção e estudo das informações primárias, vêm ratificar a finalidade do presente trabalho, com a preocupação inicial, expressa através da questão-problema, auxiliada com os objetivos específicos, ainda na fase prévia da pesquisa.

O problema questionava as implicações sociais, econômicas e ambientais para a Coopermandi, decorrentes da parceria com o Banco do Brasil S.A. Os objetivos específicos direcionaram a limitação do estudo em três aspectos, quais sejam: primeiramente tratar do contexto social, antes e após a parceria realizada; posteriormente a compreensão do contexto econômico e por fim o exame das implicações ambientais.

Verificou-se a importância da inclusão social, gerando oportunidades e opções para as pessoas, no contexto dos três aspectos citados acima: trabalho digno; renda financeira; envolvimento com a comunidade; participação social e econômica no mercado; bem-estar pessoal e familiar; contribuição pessoal e coletivo ao meio ambiente, com responsabilidade; sustentabilidade por meio da transformação e valor agregado ao produto confeccionado.

Um dos resultados verificados, foi o fato de alguns membros terem deixado a cooperativa, após a obtenção de técnicas de conhecimento produtivo e de gestão de negócios, através dos conhecimentos obtidos na incubadora, vindo a abrir pequenos negócios próprios na cidade, gerando para outras famílias emprego e renda financeira.

De maneira sustentável, o projeto criado há quase 10 anos, expressa na prática, com razões claras e definidas, os anseios citados no Relatório de Brundtland, ao atender as necessidades locais e empresariais (do banco, por destinar o material que seria destruído de alguma maneira; da cooperativa, pela transformação do material recebido, em peças renováveis, com valor agregado; dos cooperados, pela renda obtida a partir do trabalho gerado com a parceria). Desta forma, estar-se-ia promovendo a preservação ambiental, como também o crescimento e desenvolvimento econômico, conforme menciona Silva (2005), com a cadeia produtiva e econômica que se forma.

Ambientalmente, sem adentrar no mérito da Responsabilidade Socioambiental, como tentativa de compatibilizar tão somente interesses e exigências dos *stakeholders*, como menciona Sour (2000), ou mesmo pelo impacto negativo que algumas atitudes possam gerar devido a algum descumprimento, o fato é que o projeto apresenta impactos visíveis, com resultados imediatos, tais como, o bem-estar proporcionado a alguns cooperados, pela inexistência da necessidade no deslocamento entre cidades, a bordo de um ônibus, por volta de duas horas ou mais em cada trecho, para exercer uma ocupação laborativa, objetivando obter o sustento pessoal e/ou familiar.

Em relação aos parceiros (especificamente o Banco do Brasil S.A.), a ação realizada por eles, traz inúmeros benefícios ambientais (não precisando submeter o material à queima ou destiná-lo aos aterros sanitários e nascentes de rios), além de atender expectativas ecológicas dos vários *stakeholders*, no dilema do processo produtivo, versus minimização dos impactos ambientais.

A maneira encontrada para maximização e concentração de forças, parcerias de trabalho, como também para o cumprimento de estratégias empresariais, com geração de trabalho e renda, renovação (ou reciclagem, como denominam muitos),

transformação e sobriedade a diversos tipos de matérias-primas, valor agregado, participação social e econômica dos agentes, além de colaborar, por assim dizer, com o Estado, no sentido de reduzir a dependência de programas governamentais, de apoio à saúde e auxílio financeiro, pode ser vista através das cooperativas, tendo como exemplo, o caso da Coopermandi.

Como destaca Cruz (2001 apud SCHNEIDER, 2005, p.91), o cooperativismo é um sistema econômico-social, autogerido e baseado na autoajuda, com a reunião de cooperados com propósitos definidos, objetivando atuarem em mercados concorrenciais com certo grau de sofisticação, visando a satisfação das necessidades econômicas e promoção moral dos seus membros, já que individualmente, devido a pouca expressividade, não seria possível atingir tais resultados.

Desta forma, os resultados apresentados, foram satisfatórios, diante dos objetivos propostos e verificados no presente trabalho, mesmo estando o assunto, pela sua dinamicidade, sujeito à evolução das idéias e conceitos, aberto à continuidade dos estudos por outros pesquisadores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coopermandi representa um marco à sociedade local, principalmente aos seus envolvidos, por ser um instrumento eficiente, na renovação e transformação da matéria-prima doada, em peças acabadas, com agregação de valor, gerando trabalho e renda, atendendo as necessidades de empresas parceiras e até governo, no cumprimento de responsabilidades alusivas ao tema da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental

A iniciativa do projeto, prestes a completar dez anos, tem proporcionado com a sua organização, inclusão social, formação intelectual, interação e dinâmica na forma em que o trabalho transcorre, como também possibilitando uma situação econômico-financeira diferenciada, na obtenção de renda para alguns e complemento para outros, dada a dedicação e o empenho individual, além de ganhos sociais, culturais, de acordo com a origem de cada membro.

A convivência dos cooperados, constatada em campo, não deixa dúvidas a respeito das melhorias ocorridas às pessoas, suas famílias, entre a vida pregressa, marcada por incertezas, contrapondo à atual, devido às oportunidades que afloram o cotidiano, na forma de esperança por um futuro melhor, proporcionado pelo trabalho em grupo, porém com esforço individual.

Como se verificou, a educação e os treinamentos fazem parte do perfil social e estratégico da cooperativa, através dos parceiros educacionais, que possibilitam ao cooperado os meios necessários à sua formação, habilitando-os no desenvolvimento das atividades cooperadas, como forma de expandir seus horizontes como pessoa, cidadão e trabalhador, através de atividade digna, respeitosa e honesta, com ganhos de escala e melhoria salarial constante.

O modelo vivenciado pelos membros, apresenta-se eficiente e eficaz, mesmo que as dificuldades circunstanciais se façam presentes, como a constatação mencionada do passivo financeiro, no caixa da cooperativa; prova que o reforço na base cooperada e a expansão das parcerias é o caminho para superação e alcance de objetivos. Os cooperados parecem ter descoberto a força em conjunto para lidar com tais situações.

Ademais, é evidente o papel desempenhado, no cumprimento das responsabilidades socioambientais, no processo de trabalho, desde a doação e destinação do material pelos parceiros, passando pelas fases intermediárias de

preparação, até sua transformação, com sobrevida ao material, em que as peças são inseridas na sociedade, como produto renovável e apto para o uso.

Cumpre-se desta forma, com o presente estudo, o objetivo proposto na fase inicial da pesquisa, a partir do problema que delinearía o desenvolvimento da pesquisa, sobre as implicações sociais, econômicas e ambientais para a Coopermandi, decorrentes da parceria com o Banco do Brasil S.A.

Em paralelo, não menos importante, visando auxiliar a questão-problema e delimitar o tema, os objetivos específicos direcionaram a limitação do estudo em três aspectos, quais sejam: primeiramente tratar do contexto social, antes e após a parceria realizada; posteriormente a compreensão do contexto econômico; por fim, o exame das implicações ambientais.

No aspecto social, a parceria tem significado oportunidade aos cooperados, haja vista o trabalho gerado, resultando em autoestima pessoal; desenvolvimento e ocupação do corpo e da mente, com disposição laborativa; qualidade de vida; convivência coletiva; trabalho em grupo; aprendizado e qualificação profissional.

No aspecto econômico, a cooperativa tornou-se referência aos membros, pela renda ou complemento dela, obtida com esforço pessoal, fruto do trabalho cooperado, possibilitando maior comodidade e conforto às famílias na demanda de bens e serviços, melhorando o padrão de consumo, principalmente o alimentar, possibilitando a redução da dependência de remédios e programas governamentais de auxílio financeiro.

No aspecto ambiental, os resultados são notáveis: para a cooperativa, reciclagem e transformação em peças, com valor agregado; para o banco, apoio a projetos sustentáveis, ambientalmente corretos, evitando a destruição do material; para os cooperados, qualidade de vida, trabalho e renda; para o meio ambiente, sobrevida às lonas através da reciclagem e transformação, evitando a queima do material ou o seu depósito em aterros sanitários e nascentes de rios.

Finalizando, como reforço às iniciativas público-privadas, deve-se acreditar e investir em projetos cooperados, semelhante ao exemplo da Coopermandi, desde que a parceria resulte em benefícios bilaterais nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Ações educativas devem ser condições balizadoras e prioritárias, pois representam o caminho, abrem-se horizontes e habilitam o alcance de objetivos, tais como: suprir necessidades existentes, preservação dos recursos escassos e provimento de condições concretas de sobrevivência às gerações futuras.

Mesmos com os resultados obtidos, considerados satisfatórios à pesquisa, não se pretende esgotar o assunto, devido à dinamicidade e evolução de idéias e informações, haja vista a abrangência do tema, a partir de outros conceitos e linhas de pensamentos, que poderão ser objeto de desenvolvimento e continuação do presente trabalho, como também de novos estudos por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, P. A. – Coordenação. **Ética e Responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8305,8325,0,0,1,6.bb?codigoMenu=3799&codigoNoticia=4964&codigoRet=4083&bread=2>>. Acesso em 16 abril 2011.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

BARROS, B. **País lidera sustentabilidade bancária**. Valor Econômico. São Paulo: 28 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/584/Pais+lidera++sustentabilidade+bancaria,,54,4226041.html>>. Acesso em: 19 mai 2011.

BRASIL. Política Nacional de Cooperativismo. LEI N°. 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em 01.07.2011.

BRASIL. Agenda 21 brasileira: **ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908&idMenu=374>>. Acesso em 18/03/2011.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial**. São Paulo, FEA/USP, 2001. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=12&Itemid=77&lang=pt-br&filtro=responsabilidade social](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=12&Itemid=77&lang=pt-br&filtro=responsabilidade%20social)>. Acesso em 29/04/2011.

BRITO, B. M. B. **A reação do mercado acionário a eventos ambientais**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA ONU. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DUARTE, Gleuson Damasceno e DIAS, José Maria. **Responsabilidade Social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

COOPERMANDI. Disponível em: <<http://coopermandi.blogspot.com/>>. Acesso em 12/10/2011.

CRUZ, Paulo Sérgio Alves da. **Cooperativismo – A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: COP Editora, 2001. 112p.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH J.; FERREL, L. **Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2001.

FREITAS, Henrique Mello Rodrigues de; JANISSEK, Raquel. Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequências e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Porto Alegre: Sphinx: Editora Sagra Luzzatto, 2000. 176 p.

LAGO, Adriano. Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário. 2010. 178f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18439>>. Acesso em 21 jun 2011.

MATTOS, A. **Brasil é destaque nos Princípios do Equador**. Valor Econômico. São Paulo: 25/04/2007. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/293/294/Brasil+e+d+estaque+nos+Principios+do+Equador,,,294,4275525.html>>. Acesso em 19 mai 2011.

MATTAR, F.N. Pesquisa de Marketing. 1.ed. São Pulo: Editora Atlas, 1993.

MATTAROZZI, Victorio; TRUNKL, Cassio. **Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008, p.26.

MARTINS, Gilberto de Andrade & Lintz, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de cursos**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Educação. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. v.22, n.37, p.7-32, mar 1999.

REVISTA BB.COM.VOCE. Ano II, N° 65, nov/dez 2010, p.30. ISSN 1517-8897.

SCHNEIDER, Alexandre Marcelo. **Análise da influência dos valores do cooperativismo na definição dos estudos de liderança**. 2005. 230f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/4959>>. Acesso em 21 jun 2011.

SELLTIZ, Claire & JAHODA, Marie & DEUTSCH, Morton & COOK, Stuart W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2.ed, Editora Pedagógica E Universitária: São Paulo, 1974.

SILVA, Christian Luiz da. (Org.) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil**. XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração - EnAPAD 2006, Salvador/BA 23 a 27 set 2006, p.9.

WAINBERG, Daniel; LEMME, Celso Funcia. **Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros**: Exame da Divulgação do relacionamento entre Iniciativas Sociambientais e Desempenho Financeiro Corporativo. XXXII Encontro Anual da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração - EnAPAD 2008, Rio de Janeiro/RJ 6 a 10 set 2008, p.1.

WILLIS, Paul, **Aprendendo a Ser Trabalhador** – Escola, Resistência e Reprodução Social, 1991. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva, Daise Batista – Artes Médicas. Porto Alegre, 1991.

YIN, Robert K. **Case Study Research**: design and methods. Traduzido por: Ricardo L. Pinto. Adaptado por: Gilberto de A. Martins. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/metodologia/estudo_caso.asp>. Acesso em 22/04/2011.

YIN, Robert K. **Case Study Research**: design and methods. Reviewed California: Sage Publications, 1990.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA OS COOPERADOS

Dados Pessoais
Nome.
Idade.
Estado civil.
Número de filhos.
Nível instrucional.
Possui conta bancária.
Tempo de cooperado (meses).
Aspectos Socioeconômicos
Renda média mensal.
Quantidade de pessoas da família na atividade cooperada.
Pretensão em continuar na atividade cooperada pelos próximos anos.
Qual a razão em continuar ou por se desligar.
Desempenha outra atividade profissional.
O que representa a cooperativa na sua vida.
O que fazia antes de ser cooperado.
Houve mudanças na sua vida após ser cooperado.
O padrão de consumo de bens/produtos, serviços e a qualidade de vida melhoraram.
Qual o principal uso da renda obtida na cooperativa.
A residência possui energia elétrica e água tratada (Copel/Sanepar).
Houve melhora no acesso à educação e informação (Internet, jornais, revistas).
Aspectos Ambientais
Você tem conhecimento de onde vem a matéria-prima utilizada na cooperativa.
No caso de ter conhecimento, o que você pensa sobre essa atitude do banco em ceder o material para a cooperativa.
Recomenda os produtos confeccionados na cooperativa.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORIA DA COOPERATIVA

Dados da Cooperativa
Razão social da cooperativa.
Possui CNPJ.
Qual a razão do nome dado à cooperativa.
Data de fundação.
Endereço.
Atual presidente.
Aspectos Socioeconômicos
Como surgiu a cooperativa.
Quantidade atual de cooperados.
Quantidade de ex-cooperados.
O que as pessoas buscam ao se cooperarem.
Há critérios para ser cooperado.
Quais os produtos desenvolvidos com a matéria-prima.
A elaboração dos produtos é manual ou mecânica.
No caso de ser mecânica, quais equipamentos são utilizados.
Há padronização dos produtos (tamanho, cores).
Preço dos produtos.
Os preços são atribuídos com base em quais critérios.
Receita média mensal obtida com a comercialização dos produtos.
Custo médio mensal da cooperativa.
Principais clientes da cooperativa.
Principais fornecedores da matéria-prima (no caso da existência de outros).
Impacto que o banco representa para a cooperativa.
Como é feita a divisão do lucro obtido com a comercialização dos produtos entre os cooperados.
Na percepção da cooperativa houve melhora nos aspectos sociais dos cooperados, tais como: renda familiar, educação, saúde, lazer, dentre outros.
O que representa a cooperativa para o município.
No caso da inexistência da cooperativa, que tipo de atividade a grande maioria dos

cooperados estaria exercendo.

Aspectos Ambientais

Por se tratar de material inutilizado pela instituição bancária, devido a sua vida útil, qual a visão ambiental que a cooperativa tem ao receber, confeccionar e comercializar o produto acabado.

Os cooperados têm conhecimento da procedência do material com o qual trabalham.

Qual a visão e práticas ambientais desenvolvidas pela cooperativa no desenvolvimento do trabalho com malotes. Isto é, a percepção ambiental atual e se está sendo feito algo no sentido de continuar a idéia da preservação e transformação da matéria-prima, que tem sua origem na própria instituição bancária.

ANEXO C - MATERIAL PUBLICITÁRIO

Bolsas

Lona e Couro

Bolsas

Dobre Aqui

Lona e Couro


Bolsas

A Coopermandi (Cooperativa de Produtores Rurais e Artesãos de Mandirituba), numa iniciativa de geração de trabalho e renda, confecciona bolsas utilizando como matéria-prima lona reciclada. A reciclagem de materiais contribui com a sustentabilidade do meio ambiente e garante renda para as famílias envolvidas no projeto, o que a caracteriza como um empreendimento de Economia Solidária.

Parceiros do Projeto:

- Caixa Econômica Federal
- Banco do Brasil
- ABAI- Mandirituba
- ONG Moradia e Cidadania
- EMATER - Mandirituba
- Correios
- TRE-PR

Coopermandi Rua da Liberdade, 18
Conj. Barcelona - CEP 83800-000
Mandirituba - Paraná
Fone: 41 3626-2188
e-mail: coopermandi@yahoo.com.br



ANEXO D - NOTÍCIAS RELACIONADAS À COOPERATIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Cooperativas geram renda para desempregados.** Disponível em <http://www.ufpr.br/adm/templates/index.php?template=2&Cod=2154>. Acesso em 11/10/2011.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Cooperativa reutiliza malotes de lona e fortalece emprego e renda no Paraná.** Disponível em: <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=8885>. Acesso em 11/10/2011.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Coopermandi - Lona & Couro Bolsas.** Disponível em: http://www.itcp.ufpr.br/noticia.php?NOT_RowID=89. Acesso em 29/09/2011.

ANEXO E - ARQUIVO FOTOGRÁFICO

1. Fachada da Cooperativa.



2. Ambiente interno: máquinas utilizadas na confecção das peças.





3. Ambiente interno: material selecionado para a confecção das peças.





4. Ambiente interno: material doado não selecionado.



ANEXO F – PEÇAS CATALOGADAS POR MODELO

Código 1



Código 2



Código 3



Código 4



Código 5



Código 6



Código 7



Código 8



Código 9



Código 10



Código 11



Código 12



Código 13

